

A VARIAÇÃO DA CONCORDÂNCIA NOMINAL DE NÚMERO NO CONTEXTO ESCOLAR

Dayane Moreira Lemos (UEFS)

dayaneml@yahoo.com.br

Tárcia Priscila Lima Dória (UEFS)

tarciatrabalhos@gmail.com

1. *Considerações iniciais*

Com o advento da Sociolinguística, surgem muitos estudos, os quais questionam os padrões formalistas, promovendo a realização de novas pesquisas que demonstram o quanto são fortes os laços entre língua e sociedade, trabalhando a heterogeneidade da língua brasileira, o que implica novos olhares em torno do utópico português homogêneo. Neste artigo, busca-se descrever e explicar o processo de variação da concordância de número no sintagma nominal, através do *corpus* pertencente ao projeto *A fala dos estudantes da rede pública de ensino de Santo Antônio de Jesus-Ba*, coordenado pela professora Patrícia Ribeiro de Andrade e explicar, ainda que de forma geral, a atuação do português no campo linguístico brasileiro. Diante do *corpus* com que foi trabalhado, conclui-se que é necessário uma dose de criticidade para entender que a língua se modela a seus falantes, a sua comunidade e que o inverso se chama *imposição*. Temos uma língua oficial que favorece a padronização da escrita, mas quando se trata da oralidade, questões sociais, culturais, históricas entram em cena para se definir o que é *língua*.

2. *Um padrão europeu para o português brasileiro*

Por muito tempo, o português brasileiro foi categorizado pelos formalistas como homogêneo e sistematicamente rígido, subtraindo-se das abordagens todo o processo de “intercâmbio linguístico” por que a população brasileira passou na época da colonização. Entender a língua dessa forma é desconsiderar as suas peculiaridades, seus elementos externos.

Entretanto, com o advento da sociolinguística, surgem muitos estudos, os quais questionam os padrões formalistas, promovendo a realização cada vez mais intensa de novas pesquisas que demonstram o quan-

to são fortes os laços entre língua e sociedade, trabalhando a heterogeneidade da língua brasileira.

Dentre os diversos estudos, podemos considerar a obra de Marcos Bagno, “Português ou brasileiro: um convite à pesquisa”, a qual questiona o ensino da língua portuguesa no Brasil, demonstrando que não é mais possível trabalhar a língua materna na perspectiva da gramática tradicional, assim como propõem os formalistas. Dessa forma, afirma:

[...] nossas gramáticas normativas tentam analisar o *português do Brasil* com o mesmo aparato teórico-descritivo usado para analisar o *português de Portugal*, sem se dar conta de que a língua falada aqui já apresenta muitas e profundas diferenças em relação à língua de lá, o que exige a elaboração de outra gramática, a *gramática do português brasileiro*. (BAGNO, 2001a, p. 19)

Pensar a língua falada no Brasil como homogênea e semelhante ao português falado em Portugal é desconsiderar todo o processo de colonização. Além disso, Bagno (2001b) discute, na perspectiva de Stella Maris Bortoni-Ricardo, que é preciso que fique claro que, quando se fala em homogeneidade, não se fala em monolinguismo⁴⁰.

Desde que se implantou a língua portuguesa como a língua oficial brasileira, foi definido que o português culto de Portugal seria um padrão para os falantes brasileiros. Porém, nesse momento não se levou em consideração as diversas línguas que já se falavam no Brasil e os respectivos intercâmbios linguísticos ocasionados pelos contatos.

Sempre houve entre os falantes a preocupação sobre o que poderia ser considerado como “certo” ou “errado”. Isso tem deixado alguns brasileiros um pouco temerosos ao se expressarem, devido ao fato de essas “regras” serem ditadas por uma minoria elitizada, que se forma dentro de uma ideologia excludente e preconceituosa. Por isso, Possenti (1999, p. 22-23) acredita que

se nossas perguntas são sempre sobre o que é certo e errado, e se nossas respostas a essas perguntas são sempre e apenas baseadas em dicionários e gramáticas, isso pode revelar uma concepção problemática do que seja realmente uma língua, tal como ela existe no mundo real, isto é, na sociedade complexa em que é falada. Os dicionários e as gramáticas são bons lugares para conhe-

⁴⁰ Segundo o dicionário Houaiss (2001), homogeneidade remete a homogêneo e significa “*adj.* 1. Que possui igual natureza e/ou apresenta semelhança de estrutura, função, distribuição etc. [...] 1.1 Cujas composição uniforme não permite distinguir seus componentes [...]” (p. 1548) e monolinguismo remete a monolíngue “*adj.* 2g. 1. Que trata de ou que envolve somente uma língua [...]” (p. 1953). Sendo assim, os brasileiros são tidos como monolíngues, o que não implica dizer que sua língua é homogênea.

cer aspectos da língua, mas não são os únicos e podem até não ser os melhores.

Tudo isso leva a crer que “temos de fazer um grande esforço para não incorrer no erro milenar dos gramáticos tradicionalistas de estudar a língua como uma coisa morta, sem levar em consideração as pessoas vivas que a falam” (BAGNO, 2001b, p. 9). Os esforços são necessários para romper as barreiras estabelecidas por uma ideologia que impregnou nossa cultura desde muito tempo, e hoje nos faz reféns da nossa própria língua.

Negrão, Scherre e Viotti (2003, p. 95) em seu artigo *A competência linguística*, acreditam que “o que se busca nos cursos de Língua Portuguesa é que o aluno use mais adequadamente, e para maior variedade de fins, o conhecimento linguístico que já possui e que foi adquirido antes mesmo de seu ingresso na escola”.

Os autores seguem afirmando que qualquer criança antes de ingressar no ambiente escolar consegue construir sentenças impessoais. Isso fica claro, ao observarmos crianças em contato com qualquer outra pessoa. A partir de certa idade, ela já começa a construir suas sentenças no intuito de estabelecer diálogo com seu interlocutor e de deixar explícitas suas opiniões, seus posicionamentos, seus questionamentos.

Algumas pessoas poderiam se questionar: seria essa criança capaz de localizar o sujeito da oração e classificá-lo? E nós perguntamos: seria isto, realmente, necessário para haver comunicação?

Pensar em língua é pensar em dinamicidade, em variação, em mudança. Dentro desse contexto, poderíamos nos questionar sobre o papel da escola no ensino de língua portuguesa, e é sobre isso que, ainda, Negrão, Scherre e Viotti (2003, p. 96) afirmam que

o que a escola vai fazer é ensinar [...] que existe uma outra forma para construir uma sentença equivalente [...], que ela vai reconhecer em textos literários e científicos e que ela pode usar em contextos mais formais, como uma composição ou como uma carta a alguém não muito próximo.

Afirmam, ainda, que “podemos dizer, então, que existe um conhecimento linguístico que se desenvolve independentemente dos ensinamentos escolares e outro que é aprendido na escola” (Idem). E essas questões precisam estar bem definidas para podermos entender o que é uma língua ideal e uma língua real.

Mas, infelizmente os modelos que vigoram nas instituições escolares estão, ainda, distantes de reflexões nessa perspectiva. Os modelos atuais de ensino têm feito com que os falantes se sintam deslocados ao usarem a própria língua e o *certo* e o *errado* empregados pelos professores de gramática desfazem do processo individual dos estudantes, do seu contexto de aquisição da linguagem.

Tal metodologia ocasiona as contínuas evasões escolares, repetências, dentre outras consequências que giram em torno da matéria língua portuguesa, a qual prega normas e padrões que se distanciam do dia-dia dos brasileiros. Dessa forma,

A substituição dessa pedagogia por um ensino crítico/reflexivo, certamente ajudaria a suprimir o preconceito que existe em torno da variação linguística no Brasil. Mas, enquanto a escola exclui a diversidade linguística dos seus programas, pesquisas vêm demonstrando como e porque, no Brasil, a língua portuguesa difere tanto da variedade europeia. (ANDRADE, 2003, p. 8)

Pensar que brasileiros não sabem falar português e/ou estabelecer constantes comparações entre o Português falado no Brasil e o de Portugal são posições baseadas em análises fúteis e refutáveis, uma vez que

O brasileiro sabe português, sim. O que acontece é que nosso português é diferente do português falado em Portugal. Quando dizemos que no Brasil se fala português, usamos esse nome simplesmente por comodidade e por uma razão histórica, justamente a de termos sido uma colônia de Portugal. Do ponto de vista linguístico, porém, a língua falada no Brasil já tem uma gramática — isto é, tem regras de funcionamento — que cada vez mais se diferencia da gramática da língua falada em Portugal. Por isso os linguistas (os cientistas da linguagem) preferem usar o termo português brasileiro, por ser mais claro e marcar bem essa diferença. (BAGNO, 2001a, p. 23-24)

Alguns curiosos pesquisadores podem questionar tais aspectos, analisando a gramática dos dois países e verão o quão semelhantes são, o que gerará contestações diante das análises sociolinguísticas. Porém, deve ficar claro que o conceito de homogeneidade é transmitido de geração a geração pela gramática tradicional, vínculo que ainda liga Brasil a Portugal.

3. *Variação na concordância nominal de número no português brasileiro*

A variação na concordância de número no português falado no Brasil tem sido intensamente estudada e documentada. Refere-se a um fenômeno que tem se evidenciado com os novos estudos, os quais dão a

oportunidade de apresentar um português essencialmente brasileiro que se caracteriza por sua heterogeneidade linguística, rica fonte de pesquisas.

Os estudos variacionistas investigam os fenômenos gramaticais sem a preocupação de estabelecer o que é *certo* e *errado*, como fazem as gramáticas tradicionais. Para a realização de um estudo científico, é preciso não conceber a nossa língua como uma língua alheia, como algo que se restringe à regras categóricas, pois a língua é dinâmica, é heterogênea e é nessa perspectiva que ela deve ser estudada, analisada.

As análises que envolvem a concordância de número no sintagma nominal (SN) têm sido amplamente, sob uma perspectiva da variação e mudança. Assim, tais estudos evidenciam

que o fenômeno da variação na concordância de número no português falado do Brasil, longe de ser restrito a uma região ou classe social específica, é característico de toda a comunidade de fala brasileira, apresentando diferenças mais de grau do que de princípio, ou seja, as diferenças são mais relativas à quantidade de marcas de plural e não aos contextos linguísticos nos quais a variação ocorre. (SCHERRE, 1994, p. 38)

Para se entender melhor o fenômeno da concordância de número no SN, é preciso ficar claro que existem duas variantes: a variante explícita (marcada) e a variante zero de plural (não marcada). Vejamos tal fenômeno através do exemplo extraído do *corpus*:

Variante explícita: “[...] eu tinha dois cachorros” (INFO 1, 2010)

Variante zero de plural: “[...] minha mãe comprou dois coelhoØ” (INFO 1, 2010)

Recentes pesquisas vêm demonstrando uma forte tendência a não marcação de plural no sintagma nominal, mas esse fenômeno ainda não é descrito pelos compêndios gramaticais. Para discorrer sobre tal processo, torna-se necessário elencar alguns conceitos encontrados nesses compêndios, no que tange à concordância de número no SN.

Dentre os autores reconhecidos pela rede estudantil, temos Evânildo Bechara, autor de várias das principais gramáticas da língua portuguesa, o qual tenta sintetizar a concordância de número no SN, como:

Diz-se *concordância nominal* a que se verifica em gênero e número entre o adjetivo e o pronome (adjetivo), o artigo, o numeral ou o particípio (palavras determinantes) e o substantivo ou pronome (palavras determinadas) [...]. (BECHARA, 2006, p. 543)

De forma resumida, pode-se afirmar que a concordância nominal de número ocorre a partir da inserção da marca de plural -s em todos os elementos flexionáveis do sintagma. O fenômeno da concordância nominal de número busca uma harmonia entre os elementos, é a tentativa de um equilíbrio sintagmático.

No português brasileiro, a concordância nominal de número não é tão invariável como “afirmam” algumas gramáticas. Scherre (1994) afirma que esse fenômeno não é uma regra categórica, mas sim variável, conforme certos determinantes linguísticos e sociais, como vêm indicando várias pesquisas realizadas sobre os dialetos brasileiros.

A ausência de concordância de número é estigmatizada por um círculo vicioso denominado preconceito linguístico. Para os pesquisadores, a não marcação do plural tem sido um fenômeno intensificado constantemente, mas os falantes ainda são temerosos ao assumirem esse modo peculiar de se expressar. Dificilmente, encontra-se um falante brasileiro que assuma a não marcação de plural em todos os elementos flexionáveis do SN, uma vez que este foge de um padrão elitizado. Nesse sentido, Perini (2003, p. 19) afirma que

Sabemos que é frequente, entre nós, fazer o plural marcando-o apenas no primeiro elemento do sintagma [...]. Essas construções, quando não são simplesmente ignoradas, são dadas como da linguagem das ‘pessoas incultas’, ou de ‘baixa classe’. Segundo essa opinião, não se trataria de um fato normal do português brasileiro, mas de um ‘erro’ cometido por aquelas pessoas (coitadas) que não tiveram a sorte de uma educação formal suficiente.

O autor segue afirmando que levantamentos mostram o contrário, pois construções em que se deixa de marcar alguns dos elementos do SN são amplamente utilizadas pelos falantes do português brasileiro, incluindo os “cultos”.

Entende-se, então, que tal fenômeno é característico da oralidade sem exclusões de grupos minoritários e/ou majoritários. Ainda, nesse sentido, pesquisas registradas por Scherre (1994, p. 38), afirmam

[...] que o fenômeno da variação na concordância de número no português brasileiro falado no Brasil, longe de ser restrito a uma região ou classe social específica, é característico de toda comunidade de fala brasileira, apresentando diferenças mais de grau do que de princípio, ou seja, as diferenças são mais relativas à quantidade de marca de plural e não aos contextos linguísticos nos quais a variação ocorre.

Torna-se evidente que a ausência da marca de plural é comum em todas as comunidades brasileiras, condicionada por fatores linguísticos e

extralinguísticos. Entretanto, vale ressaltar que, assim como citado acima, alguns fatores extralinguísticos, como pouco grau de escolaridade, tendem a ser mais propensos à marca zero de plural, o que não implica dizer que tal fenômeno se restrinja a tal variável social.

[...] o fenômeno da variação de número no português do Brasil pode ser caracterizado como um caso de variação linguística inerente, tendo em vista que ocorre em contextos linguísticos e sociais semelhantes e apresenta tendências sistemáticas de variação altamente previsíveis. (SCHERRE, 1994, p. 38)

Pensar na variação da concordância de número no SN é entender que o português falado no Brasil apresenta características peculiares ao ser comparado com o de Portugal, características essas que incitam pesquisas. Tentar entender a língua vernacular é tentar entender um pouco mais sobre nós.

4. Considerações finais

Desde o surgimento da linguística, muito tem se discutido sobre língua e suas especificidades. Estudos foram e são intensamente realizados, buscando entender como são processados os fenômenos em torno da língua falada. Nesse contexto, surge a sociolinguística, uma vertente inovadora que busca o espaço de interseção entre língua e sociedade.

Neste artigo, buscou-se demonstrar que o português falado no Brasil tem se distanciado, no campo da oralidade, cada vez mais do português falado em Portugal. Esse fenômeno exige novas posturas dos pesquisadores, novos olhares em torno de um utópico português homogêneo.

Dentre os vários fenômenos que apresentam nível de variação, dentro do PB, focalizamos as descrições do processo de concordância de número no sintagma nominal, o qual vem apresentando níveis diferenciados de variação pelos falantes da língua vernacular.

Apesar das limitações do trabalho, podemos observar alguns aspectos importantes na variação do sintagma nominal através do *corpus* oral dos estudantes da rede pública de ensino de Santo Antônio de Jesus-Ba. Doravante, pretendemos analisar este mesmo fenômeno, com uma pesquisa mais aprofundada, o que talvez nos oportunize contribuir de forma mais significativa com os estudos sobre o português falado no município.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Patrícia Ribeiro de. *Um fragmento da constituição sócio-histórica do português do Brasil: variação na concordância nominal de número em um dialeto afro-brasileiro*. Dissertação de Mestrado em Letras e Linguística: UFBA, Salvador, 2003.
- BAGNO, Marcos. *Português ou brasileiro? um convite à pesquisa*. São Paulo: Parábola, 2001a.
- BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2001b.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. ver. e ampl. 16ª reimpr. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- DUBOIS-CHARLIER, Françoise. *Bases de análise linguística*. Trad. de João A. Peres. Coimbra: Almedina, 1981.
- HOUAISS, Antônio; VILA, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- NEGRÃO, Esmeralda; SCHER, Ana; VIOTTI, Evani. A competência linguística. In: FIORIN, José Luiz. *Introdução a linguística*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- PERINI, Mário A. *Sofrendo a gramática: ensaios sobre a linguagem*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003.
- POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. 4ª reimpr. Campinas: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil, 1999.
- RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. Problemas relativos à descrição do português contemporâneo como língua padrão no Brasil. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2004.
- SCHERRE, M. M. P. Aspectos da concordância de número no português do Brasil. *Revista Internacional de Língua Portuguesa (RILP) – Norma e Variação do Português*. Associação das Universidades de Língua Portuguesa, 12, p. 37-49, dez. de 1994.